FUNCIONARIO PÚBLICO — PENA DISCIPLINAR

— O Poder Judiciário, na apreciação das penas disciplinares, limita-se à indagação de sua legalidade, não interferindo na apreciação da prova.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Iraci José Gomes *versus* União Federal
Apelação cível n.º 2.397 — Relator: Sr. Ministro
AFRÂNIO DA COSTA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação cível n.º 2.397, do Distrito Federal, em que figuram como recorrente o Dr. Juiz da Primeira Vara da Fazenda Pública, *ex-officio* apelantes: Dr. Iraci José Gomes e a União Federal e apelados os mesmos.

Acordam os Juizes da Primeira Turma do Tribunal Federal de Recursos, por unanimidade, dar provimento ao recurso de ofício e ao da União, negando ao do 1.º apelante, tudo conforme as notas taquigrafadas, e o relatório. Custas pelo apelado Iraci José Gomes.

Rio, 3 de agosto de 1950. — *Afrânio Antônio da Costa*, Presidente, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Afrânio Antônio da Costa* — A sentença, que resume bem a causa, está nestes têrmos: (fls. 60).

Iraci José Gomes, detetive do Departamento Federal de Segurança Pública propõe esta demanda contra a União Federal, a fim de anular as penalidades a êle impostas pelo Comandante da Polícia Especial, conforme Fortarias ns. 1.110, 1.180 e 1.208. O autor, alegou a improcedência das mesmas acrescentando: foram-lhe infligidas sôbre imputação falsa. A primeira pena de suspensão por 10 dias escudou-se na acusação de que havia abandonado o carro da Rádio Patrulha, no dia 12 de abril de 1948, em frente à Galeria Cruzeiro, por mais de uma hora, havendo feito exhibições na Praça Tiradentes com o casse-tete, e, depois, permanecido no Teatro Carlos Gomes,

entre 23,5 e 23,45. No dia seguinte, no mesmo horário, de 18 às 24, rumando ao 8.º Distrito Policial alongou-se ali, em demorada palestra com o Comissário de serviço, e afinal levando-o em sua companhia, e mais dois desconhecidos, no carro da Rádio Patrulha até a Galeria Cruzeiro, havendo recomendado à guarnição do veículo que não desse ciência da irregularidade ao S. R. P., fls. 51 apenso. A segunda, por se haver ausentado da repartição e usado de expressões descortêzes para o comando da Polícia Especial, quando interpelado, informou que se achava à disposição de autoridade superior, fls. 10 (doc. 1). E a terceira penalidade por haver, em dias do mês de março de 1948, criticado atos do Comandante da referida Corporação, perante a reportagem acreditada junto ao Gabinete do Chefe de Polícia, fls. 14. Concluiu, pedindo a reparação de perdas e danos, inclusive pagamento de honorários do advogado, juros da mora e custas.

A União, representada pelo Dr. 2.º Procurador da República, contestou, fls. 23, arguindo ausência de fundamento legal para a ação, pois, a aplicação de penas, é de competência única da autoridade administrativa. Concluiu, que o autor tinha o seu direito perempto, frente ao art. 221, item 5.º, do Estatuto dos Funcionários Públicos. Seu pedido de reconsideração, fôra interposto a destempe.

Proferido o despacho saneador, foi realizada a audiência de instrução e julgamento, depondo 3 testemunhas fls. 53, 53v. Em seguida falaram as partes como consta dos têrmos de fls. 54v. 55.

Isto pôsto:

Há uma questão preliminar levantada pelo Dr. Procurador relativamente à decadência do direito do autor, no ajuizar a presente demanda. Deixo de acolher, pois, nenhuma apreciação pode ser excluída do Judiciário, quando advém lesão de direito individual, art. 141, parágrafo 4.º, da Constituição, e o prazo prescricional é de 5 anos, em casos semelhantes aos dos autos.

Resta apreciar o mérito da ação, isto é, se o autor trouxe prova, de que as penas a êle imposta, devem ser anuladas por falta de causa.

Em relação ao fundamento da primeira penalidade surgiu a prova testemunhal incompleta. O comissário Mauro Gastos, assim como o escrivão Armando Pano, em exercício no 8.º Distrito, depuseram nesta audiência, e relataram, apenas, sobre o episódio da viagem no carro R. P.-8 verificado no dia 13 de janeiro de 1946.

Foram êles os únicos passageiros do carro, até a Galeria Cruzeiro, e ainda assim para atender a um chamado telefônico, assinalando ajuntamento irregular naquele local. A terceira testemunha Rui Lasmар, incumbido de registrar as ocorrências praticadas pelos servidores da Rádio Patrulha, relatou: como encarregado desse serviço, não anotou nos livros qualquer das faltas atribuídas ao autor pela Portaria n.º 1.110, e só teve ciência com a publicação em boletim, fls. 53.

Verifica-se, assim, que o comissário e o escrivão depuseram, apenas, em relação à viagem no carro e o detetive Lasmар da inexistência de registro.

No entanto, a sindicância sumária sobre a qual se apoiou a portaria n.º 1.110 precisou vários incidentes, como se vê a fls. 55 do apenso. E' um dos postulados do exercício da função pública a credibilidade dos atos praticados pela autoridade competente. De outra forma seria a desconfiança, a reserva, maculando todos os atos administrativos. Cabe, assim, à parte, demonstrar mediante prova hábil, sua não ocorrência.

O autor estava obrigado a trazer certidão negativa da inexistência de re-

gistro de infrações disciplinares. O ex-Comandante da Corporação quando impôs a primeira pena de suspensão, não estava sujeito a instaurar inquérito administrativo. Bastava que sua apuração imediata fôsse procedida por via sumária, como se vê da averiguação, que se encontra no apenso a fls. 55. E' o que dispõe o art. 246 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. E tinha êle, por sua vez, competência para aplicar a pena, art. 242, inc. II, do mesmo diploma.

Quanto à causa da segunda sanção, ou seja, a ausência do autor ao serviço a certidão que se encontra a fls. 40v. apenas, esclarece, após o seu regresso de Oberlândia, fôra por determinação da Delegacia de Vigilância apresentado ao Gabinete do Chefe de Polícia, em 19 de março de 1948, e a Portaria de 25 de março atribui ao autor ausência da Repartição, desde o dia 20, segundo retificação transcrita no Boletim de Serviço do dia 23 de março. O autor, não trouxe prova, como aludira a fls. 38 do apenso de que posteriormente a esta fase, achava-se destacado junto ao Gabinete da Chefia, por determinação da Ordem de Serviço n.º 1.440.

Em relação ao noticiário dos jornais, divulgando o incidente ocorrido, entre o autor e o ex-Comandante da Polícia Especial, aqui, o autor tem razão. Êle não podia impedir a reportagem, de conhecer o fato. Surgiu de informe colhido na ante-sala do Gabinete da Chefia, enquanto aguardava audiência, e não se enquadra nas figuras dos arts. 224, inc. IV, e 25, n.º I, do referido Estatuto.

Do exposto julgo procedente em parte a ação, para determinar o cancelamento apenas da punição contida na Portaria n.º 1.208 e improcedente quanto ao restante do pedido. Custas em proporção. Recorro *ex-officio* para o egrégio Tribunal Federal de Recursos.

Recorreu o autor dizendo a fls. 66 que:

“Fundou o seu pedido na “ausência de motivo legal” do Comandante para aplicar penalidades a quem não co-

meteu falta de qualquer espécie e, também, no “defeito do ato jurídico” que na aplicação daquelas penalidades se consubstanciou, em vista de haver, dito comandante, procedido com “dolo” manifesto, o qual, de acôrdo com o Código Civil, arts. 92 e segts., torna anulável o ato de quem tenha sido causa”, e procura sustentar a má aplicação do caso pela sentença, no tocante às duas punições não relevadas.

A União, por sua vez, pede a reforma da sentença para improcedência total da ação.

O Dr. Subprocurador Geral opina a fis. 102 pela improcedência total da ação.

E' o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Afrânio da Costa (Relator) — Dou provimento aos recursos *ex-officio* e da União para julgar a ação totalmente improcedente.

O autor, ex-soldado da Polícia Especial e atual comissário de Polícia, pretende cancelar de seus assentamentos três penas disciplinares que naquela Organização lhe foram infligidas.

Entretanto, a petição inicial e a de fls. 45, assinadas pelo próprio interessado e as razões de sua apelação, estão vasadas em tais termos que dão que pensar sôbre o que de verdade se deve conter no noticiário da imprensa sôbre a violência com que certos elementos da Polícia Especial arremetiam contra a população da cidade, quando convocados a manter a ordem.

Um ex-soldado, embora doutor, aproveitando-se das imunidades conferidas para escrever em autos de processo judicial, analisa o procedimento de seu ex-chefe, cobrindo-o de baldões — “indivíduo atrabiliário desprovido de sensibilidade que, por ignorância, estupidéz ou falta de educação... entrou a invectivá-lo grosseira e covardemente, chamando-o faltoso, mentiroso e desonesto... (fls. 6); estúpido cavalheiro, de caráter tendencioso e perverso (fls. 7)”.

Semelhantes invectivas, por seu afastamento no tempo, longe estão de re-

presentar sincera e elevada indignação contra uma punição imerecida, afirmando antes um temperamento arrebatado, violento, indisciplinado e falho de serenidade.

E' de tôda a evidência que o juiz *a quo* não pode conhecer como um doutor, especialista de polícia, as diferenças que vão de um cacete a um cassetete, nem tampouco a utilidade desses instrumentos quando manejados por um hábil policial formado.

Admito, porém, em princípio, o cancelamento judicial de penas disciplinares insertas em assentamentos de um membro da Polícia, mas a efetivação disto exige prova inconfundível da arbitrariedade da autoridade que impôs a pena. Ora, a prova que o autor fornece, é a meu ver precária; e em se tratando de pena disciplinar as invectivas do autor no processo contra o ex-chefe, atestam-lhe o temperamento exaltado e inconstante, desamparando os indícios que busca em seu favor.

Cuidadosa atenção e severa energia devem ser usadas permanentemente pelo comando da Polícia Especial, para conter os desmandos desses soldados, cuja atitude, a julgar pela do autor nestes autos, ao invés de garantia, constitui um sobressalto para a tranquilidade da população.

Quanto à primeira penalidade, consta da portaria n.º 1.180 nestes termos:

N.º 1.180 — Resolve: Aplicar a Iraci José Gomes, detetive, classe I, n.º 123, do Q. P. do D. F. P., do M. V. N. I., a pena de suspensão por 15 dias, a ser cumprida no período de 25 de março a 8 de abril de 1948, por falta grave, de acôrdo com o art. 234, *ex-vi* do art. 224, item I, e, converter por conveniência do serviço a referida penalidade em multa, na conformidade do parágrafo 2.º do citado art. 234, visto haver deixado de se apresentar das férias a este Comando embora cientificado pelo Chefe do S. R. P. que o fizesse, reincidindo assim voluntariamente na falta. Agrava-se a situação do funcionário em aprêço o fato de vir faltando ao serviço sem comunicação des-

de 20 de março de 1948 e a circunstância de haver se retirado do Distrito Federal, por vários dias, sem dar conhecimento a este Comando que, interpellando-o a respeito, expressou-se de maneira indelicada e capciosa, informando "que se encontrava à disposição de autoridade superior, *ipso-facto*, desobrigado de prestar obediência a este Comando" acrescentando ser esta autoridade o Chefe do Gabinete de S. Excia. o Sr. General Chefe de Polícia. Segundo apurou este Comando, foi essa uma de suas indecorosas assertivas — *José Claraz de Souza del Giudice Capitão Comandante*".

Retificação — Retifico o item do Boletim de Serviço n.º 65, de 23 do corrente, relativo às datas das faltas ao serviço sem comunicação, do Detetive n.º 123 — Iraci José Gomes. Onde se lê vem faltando desde 16 de março de 1948, leia-se: vem faltando desde 20 de março de 1948".

Que é que prova o autor? — Que, a 19 de março de 1948 havia concluído certa missão especial de que fôra incumbido. Ora, a punição foi por não se haver apresentado logo após a terminação das férias, apesar de advertido pelo chefe do serviço e, além disso, não haver comparecido ao serviço desde o dia 20, dia imediato ao da conclusão da tal missão especial, e, ainda, pela forma por que se dirigiu ao comandante.

Ora, um officio de 3 de dezembro, isto é, de quase nove meses depois, ao chefe do Gabinete do Chefe de Polícia, não ao comando da Polícia Especial, mas ao diretor da administração (não se sabe bem para que), diz que até o dia 22 de março o autor estivera à disposição daquele gabinete (fls. 40). O officio esclarece um dos itens da portaria mas, não os outros.

Como acentua o Dr. Juiz na sentença de fls. 62,

"... é um dos postulados do exercício da função pública a credibilidade dos atos praticados pela autoridade competente. De outra forma seria a desconfiança, a reserva, maculando todos os atos administrativos. Cabe assim à parte demonstrar, mediante prova há-

bil, sua não ocorrência", o mesmo ocorre quanto à penalidade imposta na portaria n.º 1.110, que como mostrou o Dr. Juiz, não conseguiu o autor desfazer com prova hábil. Não havia necessidade de inquérito administrativo; a autoridade procedeu por investigação sumária conforme o art. 246 do Estatuto dos Funcionários Públicos.

E quanto a terceira penalidade que a sentença relevou e eu mantenho, reformando o julgado, é constante da portaria n.º 1.208, nestes termos:

Portaria n.º 1.208 — Em 2-4-48 — O Comandante da Polícia Especial do D. F. S. P., usando da atribuição que lhe confere o item IV do art. 242 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, resolve aplicar a Iraci José Gomes, detetive, classe I, do S. R. P. do Q. P., do M. J. N. I., a pena de suspensão por 15 dias a ser cumprida no período de 9 a 23-4-48, por falta grave, de acôrdo com o art. 234 do mesmo Estatuto, visto como em dias do mês p. findo, criticou os atos deste Comando perante a reportagem acreditada junto ao Gabinete de S. Excia. o Sr. General Chefe de Polícia, dando o ensejo a que tais críticas fôssem divulgadas por diversos jornais desta Capital, contrariando, assim, o disposto no art. 25, item I, combinado com o de n. 224, item IV, do Estatuto.

E' claro que a Imprensa procura difundir o mais possível notícias de interesse público. Noticia, porém, o que lhe informam.

Um soldado disciplinado, bacharel em direito, com o senso da responsabilidade da função, deve ser zeloso pelo bom nome da corporação a que pertence; não pode ignorar o que de prejudicial e pernicioso à disciplina e reputação dessa corporação trazem declarações públicas a jornalistas, contra superiores hierárquicos, e, — o que é mais grave — numa ante-sala do gabinete do Chefe.

As leis e regulamentos civis e militares possibilitam aos inferiores vítimas da arbitrariedade e injustiça dos chefes, desde a representação à autoridade maior, até o processo criminal; mas, a Ordem Social exige decôro, dis-

ciplina e respeito como condição essencial à sua manutenção. O que o autor provocou foi o escândalo marginal, condenável, atingindo o comando da corporação e em proveito apenas da campanha que contra esta se desencadeava.

Por tais fundamentos, dou provimento ao recurso *ex-officio* e ao apêlo da União, negando ao do primeiro apelante.

VOTO

O Sr. Ministro Sampaio Costa (Revisor) — Acompanho o voto de V. Excia., Sr. Presidente. Aliás, V. Excia. vai mais longe no aspecto doutrinário, do que eu. Entendo que os atos do Poder Executivo são controlados pelo Poder Judiciário quanto ao aspecto da legalidade, não interferindo êste na apreciação de prova, na apuração da justiça ou injustiça do ato. Verifica, tão só, se o ato tem cabimento legal e se quem o pratica é autoridade competente. Todos êsses requisitos se verificam no caso em aprêço. E' que a pena dis-

ciplinar se liga intimamente ao principio da hierarquia.

O Supremo Tribunal Federal, em questões de penas disciplinares, vem em mandado de segurança, proclamando — seguido, aliás, por êste egrégio Tribunal — que não é possível a concessão de tais *writs* para anulação de penas disciplinares, senão o exame da legalidade da mesma pena, não interferindo, por conseguinte, na apreciação de prova. V. Excia. foi além, e, na apreciação dessa prova, demonstrou que o autor apelante não tem razão.

Por tais motivos, acompanho o voto de V. Excia.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Deu-se provimento, unânimemente, aos recursos *ex-officio* e da União, prejudicado o do autor. Funcionou como vogal o Exmo. Sr. Ministro Cunha Vasconcelos. Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Ministro Afrânio Antônio da Costa.